

Em terra de papagaio dragão não se cria: uma abordagem psicossocial da relação entre brasileiros e chineses

João Gilberto da Silva Carvalho¹

Resumo: As reflexões a seguir apresentam uma abordagem psicossocial acerca do relacionamento entre brasileiros e chineses em contextos históricos nos quais o imaginário sobre chineses é tensionado, indicando mudanças na forma como são representados simbolicamente no Brasil. Tendo por base a teoria das representações sociais, apresentamos o discurso que une cronistas que vão de Marco Polo aos jornalistas do presente, todos ávidos por *maravilhas*. Concluímos que tal relacionamento reproduz a lógica da modernidade, cuja marca emblemática é a alteridade.

Palavras-chave: Representações sociais, identidade, alteridade.

In the land of parrots, no room for dragon-keepers: a psychosocial perspective about the relation between Brazilians and Chinese

Abstract: *The following reflections are based on a psychosocial approach about the relationship between Brazilian and Chinese in historical contexts in which the imaginary about the Chinese people was tensioned, indicating changes in how this people are represented symbolically in Brazil. Based on the theory of social representations, we present the speech that unites columnists ranging from Marco Polo to the present journalists, all of them eager for marvels. We conclude that*

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

this relationship reproduces the logic of modernity, whose flagship brand is the otherness.

Keywords: *Social representations, identity, otherness.*

Introdução

O presente artigo apresenta contextos nos quais o imaginário sobre chineses no Brasil foi submetido a tensões. A premissa é clara: há um conjunto de informações e conhecimentos sobre a China e seu povo compartilhado por brasileiros ao longo de sua história. Tais informações estruturam um imaginário periodicamente atualizado e que ganha especificidade em determinados contextos históricos – um “capital mimético”, para usar a expressão de Greenblatt (1996, p. 23) acerca do estoque de símbolos utilizados no trabalho de representação. Na verdade, são pistas de um trabalho de representação social nos termos de Jovchelovitch (2008, p. 21):

A representação, [...] está na base de todos os sistemas de saber e compreender sua gênese, desenvolvimento e modo de concretização na vida social nos fornece a chave para entender a relação que amarra o conhecimento à pessoa, a comunidades e mundos de vida.

No Brasil há períodos em que os símbolos que caracterizam o povo chinês são colocados de lado e outros nos quais subitamente voltam à baila, atualizando os estereótipos que existem a seu respeito. O que significa dizer, em termos teóricos, que a lembrança é uma demanda da sociedade, quando então a memória e a história entram em desacordo (Diehl, 2002; Sarlo, 2007).

Na formação de um tempo chamado moderno, tanto *o país do futebol, da mulata e do carnaval*, quanto os *amarelos perigosos* de Guilherme II, foram simbolicamente classificados a partir de uma divisão europeia do mundo. O processo de hegemonia militar e econômico do Ocidente foi lento, por vezes cruel e menos edificante que o significado indicado pelos conceitos utilizados no seu estudo – grande parte baseado em estereótipos e ideologias. A alcunha “modernidade”, um tempo que oscila entre o século XVI e o XIX, de acordo com as definições pouco precisas de muitos autores, serve para indicar a consolidação de um modelo de “civilização”, ou seja, simplesmente o padrão europeu de vida – civilização, no sentido indicado por Elias (1993). Em relação a tal modelo, o paraíso-inferno tropical (Arruda, 1998) chamado Brasil se abre ao mundo pelas

mãos da monarquia lusitana, considerada entre as mais atrasadas da Europa. Já o império celeste receberá neste período seus “Marcos Polos”, ávidos por comércio e conversão de almas ao cristianismo – mesmo que à força: a modernidade não foi generosa com a diferença. A representação social sobre chineses que emerge a partir de seu enquadramento aos olhos ocidentais tem como base o exotismo – de resto elemento comum aos orientais (Said, 2007). A China é historicamente o “outro”, aquele que se revela estranho nos costumes e nas crenças.

No Brasil, o senso comum sobre chineses é uma herança que nos remete ao período colonial, derivado do intenso comércio estabelecido pelos portugueses em Macau desde 1554 (Carvalho, 2007). O imaginário sobre chineses se consolidou nesta sociedade em que as questões identitárias nunca saem de cena; ao contrário, é um tema que ocupa frequentemente distintos segmentos das ciências humanas brasileiras. Os prognósticos que reservam à China um papel destacado no cenário internacional despertam na atualidade intensos debates e não giram mais em torno da sabedoria ou de práticas milenares, já consolidadas em seus nichos de acupunturistas e artistas marciais; não tratam das lojas de R\$ 1,99, tão numerosas quanto as tradicionais pastelarias e os muitos produtos eletrônicos que abarrotam os magazines. A China é visível nas prateleiras, mas a *maravilha* atual é seu crescimento econômico exponencial: como é possível manter por tanto tempo índices tão expressivos? Será novamente a China um modelo alternativo, não de guerrilha comunista, mas de crescimento econômico para os países pobres?

A ascensão econômica é acompanhada por documentários, filmes, romances e pesquisas aos quais se agregam obras de autores e intelectuais chineses – um dado novo: o outro agora tem voz. Resguardadas as especificidades históricas, identificamos quatro momentos de tensão nas representações sociais de chineses no Brasil: (1) Na experiência do chá ao tempo de D. João VI; (2) no contexto da Abolição, quando foram cogitados como imigrantes para a lavoura; (3) após a Revolução Comunista de 1949, (4) e na atualidade, em função da ascensão econômica e política da China. O fio condutor é o princípio de alteridade-identidade que caracteriza a relação entre povos diferentes. Não nos interessou aqui explorar de forma exaustiva os fatos históricos e sim ilustrar contextos em que as representações sociais sobre chineses são pressionadas; isto é, postas em evidência, discutidas publicamente em função de novas demandas da sociedade. Por outro lado, nos contextos citados, as representações sociais ganham contornos específicos. A sociedade brasileira mudou assim como a China também mudou bastante – o plantador de chá não é equivalente ao *coolie*, nem o comunismo de Mao pode ser comparado aos ideais de

mercado da China contemporânea. Entretanto, como será destacado ao longo das páginas seguintes, o caráter mágico-maravilhoso da visão sobre os chineses permanece, fornecendo os parâmetros básicos para o trabalho de representação social.² As reflexões a seguir derivam de pesquisas realizadas no programa de doutoramento em psicologia da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo a preocupação sistemática de aproximação entre a psicologia social – pelo viés da teoria das representações sociais – e as demais ciências do homem, notadamente a história e a sociologia (Carvalho & Arruda, 2008).

Os especialistas de D. João

Como afirmamos, de tempos em tempos, ainda que discretamente, os chineses são motivo de discussão pública no Brasil. Na luxuosa obra *A China no Brasil*, de autoria de José Roberto Teixeira Leite (1999) o subtítulo é esclarecedor: “influências, marcas, ecos e sobrevivências na sociedade e na arte brasileira”. Impressiona no trabalho constatar a presença de chineses em diferentes áreas da nossa cultura, como em telhados típicos, *costumes bizarros* ou cristos de olhos puxados, atestados por fotos ao longo das páginas do referido livro.

No início do século XIX, o Brasil tornou-se a sede do império lusitano por conta da iminente invasão francesa. Entre as transformações que a capital experimental, para torná-la digna de receber a realeza, uma espécie de Versalhes dos trópicos, foi criado o Jardim da Aclimação – não apenas para deleite do soberano, mas para receber e aclimatar mudas de plantas de diversas partes do mundo. Nas palavras de Nepomuceno (2007, p. 28), “O jardim centralizava vários projetos e interesses e abrigaria o cultivo de alimentos, de vários tipos de canas e de chá chinês, de fumo, de amoreiras para a criação do bicho-da-seda e de uma cultura de palmeiras próprias para o fabrico de chapéus”.

No Jardim, bem como em fazendas localizadas em Santa Cruz e Ilha do Governador, D. João determinou que fosse cultivado o chá, no intento de criar um produto de aceitação no mercado europeu, principalmente à Inglaterra, maior consumidora – a imagem clássica da fleuma londrina é inseparável do seu bule de chá. Desde a expedição de Lord Macartney em fins do século XVIII, os ingleses tentavam furar diplomaticamente o bloqueio chinês aos seus produtos, pois compravam muito chá sem ter contrapartida para as mercadorias que a Revolução Industrial produzia em série. A orgulhosa Inglaterra, ponta de lança do incipiente capitalismo ocidental, percebia no *império celeste* um grande

2 Em Portugal, a presença de chineses recebeu atenção similar na dissertação de Matias (2007).

mercado, mas não contava com a obstinada reação do imperador chinês Qianlong. A expressão *choque de mundos*, subtítulo da obra de Peyrefitte (1997) e que trata do referido fato histórico, é exemplar do processo de estranhamento característico da relação entre Ocidente e Oriente. É desta época a representação da China como uma sociedade estática, um império imóvel, um gigante em sono profundo.

Enquanto a guerra se desenhava como a solução para o comércio inglês, o Brasil obtinha sementes de chá a partir de Macau. Apesar do criterioso planejamento, o cuidado com as mudas e importação de trabalhadores chineses em 1814, após o fracasso inicial com escravos, o inovador experimento, na expressão de Dean (1996, p. 186), não teve êxito. Mas o chinês se tornou visível, não somente uma imagem proveniente de relatos dispersos, materializados em porcelanas, telhados, sedas, ou seja, em curiosidades e exotismos encontrados aqui e ali; agora é associado a um fato histórico que possui registro, seja na pintura de Rugendas, seja nas descrições dos cronistas da época que registraram o cultivo do chá, como o comerciante John Luccock (1951). A representação social sobre chineses no período é um amálgama de informações derivado do intenso comércio lusitano mundo afora. O *império celeste* fora descortinado por missionários, funcionários e comerciantes portugueses (Barreto, 1988) e posteriormente subjugados por ingleses. Em três séculos se consolidam os elementos de um imaginário que serve de base às representações sociais sobre chineses – processo de alteridade que tem como contrapartida a formação da própria identidade ocidental. Eles são diferentes – a premissa básica desde o tempo dos primeiros cronistas (Carvalho, 2007); como não vivem no estilo ocidental são considerados estranhos, exóticos e aqui se confirma o princípio de que

[...] a alteridade é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolavelmente ligados como os dois lados duma mesma folha, mantêm sua unidade por meio dum sistema de representações. (Jodelet, 1998, p. 48)

Os coolies

O chinês voltaria à cena brasileira quando se cogitou a substituição do braço escravo na lavoura, mas o contexto em apenas uma geração mudara significativamente. O Brasil não era mais colônia, a China sofria pressões e não conseguia mais resistir às pretensões das potências imperialistas. A dinastia manchu também enfrentava crises e rebeliões internas, a fome grassava no campo e o outrora arrogante império celeste teve que se curvar, após o Tratado de Nanquim (1842),

às exigências comerciais e territoriais dos “diabos brancos”. A emigração foi uma opção à fome e às guerras, mas o *coolie* muitas vezes era arrastado à força ou enganado por falsas promessas de trabalho. Não cabe aqui alimentar a controvérsia etimológica; por *coolie*, designamos o trabalhador chinês, muitas vezes chamado de *chin* para diferenciá-lo dos demais trabalhadores asiáticos. Aliás, escrever sobre a China é se aventurar às mais diferentes imprecisões linguísticas.

Quanto ao imigrante chinês, preferencialmente homens saudáveis, arregimentados pelo *chu chay tau*, o intermediário chinês que agia em nome das agências estrangeiras de recrutamento. A China do século XIX era sacudida por inúmeros problemas internos, da intervenção estrangeira às rebeliões contra a dinastia *manchu*. Era um quadro favorável à emigração para o Ocidente, se quioso por mão de obra barata (Matias, 2007). Muitos dos *coolies* morreram ao longo da viagem, acometidos por doenças ou em meio a motins. Em regime de semiescravidão foram utilizados nos canaviais, guaneros, algodoads e construção de ferrovias nas Américas (Hui, 1992).

No Brasil, se o número de *coolies* foi insignificante, em termos simbólicos a possibilidade de ingresso de chineses na lavoura incrementou os debates sobre a identidade nacional, como pode se observar nos debates no parlamento, nas sociedades organizadas e na imprensa (Cervo, 1981; Castilho, 2010). A elite brasileira havia optado pela monarquia como eixo capaz de manter a unidade territorial, mas a definição da nação em termos identitários demandaria extrema negociação (Lesser, 1999). No Segundo Império a *engenharia simbólica* em curso cuidava dos detalhes, a começar pela própria imagem do rei menino – de “órfão da nação” a exemplo de monarca ilustrado, em processo tão bem estudado por Schwarcz (1998). A monarquia tropical se fez em cores de matas e gentes, mas os debates sobre a imigração estavam subordinados às teorias raciais. As necessidades da lavoura e a possibilidade de extinção do tráfico colocaram em evidência as vantagens do *coolie*, mas a presença deste trabalhador, nos termos da época, punha em risco o futuro racial da nação. Assim, os elementos básicos do processo de representação foram mobilizados e envolveram publicamente aqueles que eram pró e contra a imigração chinesa. Os argumentos contrários, por exemplo, se baseavam no senso comum da época, como se pode constatar nos termos com os quais o jornal *Correio Paulistano*, em 1892, se refere ao assunto:

O que são os chineses... os escravos com todos os horrores e vícios não foram tão perniciosos como a contratação dos chineses... O negro só sabia ser sensual idiota, sem a menor ideia de religião... Já os chineses são gente lasciva ao último grao, escoria acumulada de países de relachadíssimos

costumes... São todos ladrões, jogadores a um grau incompreensível... Admitindo a possibilidade de introduzir estes leprosos de alma e corpo quanto gastará o Estado de São Paulo em cárceres com o aumento de criminalidade [sic]. (apud Schwarcz, 1993, pp. 185-186)

O tradicional fascínio milenar provocado pelos chineses sucumbiu ao conjunto de estereótipos criados por seus detratores: preguiçosos, exóticos, viciados ou inferiores – os chineses foram descartados como mão de obra, substituídos por grupos étnicos menos “perigosos”. Há registros esparsos e superficiais sobre sua presença, de fazendas em Magé no Rio de Janeiro (Hui, 1992, p. 129) às experiências no Vale do Mucuri, em Minas Gerais (Duarte, 2002, p. 269). Teixeira Leite (1999) empreendeu esforços no sentido de seguir seus passos, mas não obteve êxito. A adoção de nomes brasileiros pelos imigrantes dificultaria a localização em registros formais. Não era um tempo em que os cientistas da sociedade se preocupassem com minorias ou em que os chineses fossem ouvidos no Ocidente. Em nossa tese de doutoramento (Carvalho, 2010), analisamos os aspectos simbólicos envolvidos no processo, tendo como eixo histórico-social o conceito de modernidade.

Dragões silenciosos

No início do século XX os chineses eram mencionados nas crônicas de João do Rio (Rio, s/d, on-line); eles estavam nas *fumeries* de ópio, o lado exótico da capital da República Velha, cuja elite se empenharia em transformar. A remodelação da cidade refletia os ideais de modernização em bases europeias, mas o imaginário brasileiro estava longe de ser homogêneo quanto às questões identitárias. Do Império à República, a tentativa de inserção no Velho Mundo se contrapunha aos sentimentos de afirmação nacional: entre um modelo de civilização embasado em academias, institutos e sociedades, associados ao positivismo, à frenologia, ao cientificismo (Schwarcz, 1993) e outro modelo que ancora a identidade nacional na valorização dos elementos telúricos, como os índios de José de Alencar ou nas revistas do IHGB, ou ainda no repúdio aos estrangeirismos em autores de diferentes matrizes conservadoras como Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Viana (1883-1951), cada qual ao seu modo.

No início do século XX os chineses fazem parte do mosaico social da República Velha e ingressariam no país sem alarde ao longo das décadas subsequentes, em função de conflitos tais como a implantação da República em 1911, a Segunda Guerra e a Revolução Comunista de 1949. O maior contingente se

estabeleceu em São Paulo, mas nos últimos tempos sua presença se tornou visível também no Rio de Janeiro e já adquiriu 20% dos estabelecimentos do Saara, local de intenso comércio no centro desta cidade (Shang-Sheng, 2009). Já em São Paulo, os chineses confundiam-se com os demais grupos orientais, sendo visíveis nas tradicionais pastelarias e lavanderias. Nas academias de artes marciais se praticava o *kung fu* (nome genérico para o conjunto de artes marciais) e a acupuntura, pelas mãos de mestres de longa tradição, como Chan Kowk Wai, que em 1960 se estabelece em São Paulo (Apolloni, 2004); enquanto no Rio de Janeiro, em 1973, Wu Chao-Hsiang desembarcava, tendo início a tradição de ensino de técnicas marciais no estado (Wu, 1988).

Em termos oficiais o interesse brasileiro pela China sempre foi discreto, como lamentava já em 1956 o senador Lourival Fontes, em seu prefácio ao livro “Nós e a China” (Pereira, 1956). Em 1961, o vice-presidente João Goulart realizou uma viagem diplomática à China quando foi avisado da renúncia de Jânio, devendo retornar para assumir o governo. Numa sequência de poucos anos, o Brasil mergulhava numa ditadura militar enquanto a China proclamava sua “Revolução Cultural”. Tanto o golpe militar que se dizia revolução, quanto a revolução que de cultural tinha apenas o nome, foram semelhantes em brutalidade. Mas se o regime de exceção brasileiro tornou-se uma página de estudos no capítulo dos regimes autoritários, um fato histórico doloroso de muitas cicatrizes, o maoísmo ainda encontra atenuantes entre seus simpatizantes. Não como ao tempo em que servia de modelo para os guerrilheiros de países pobres, espécie de alternativa ao leninismo clássico e que influenciaria, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia. Em seu “Ensaio sobre a China”, Leys (2005) discute o fascínio exercido pela via socialista chinesa sobre o Ocidente e conclui de forma quase melancólica: “as pessoas acreditam naquilo que desejam acreditar” (p. 51). As obras de Wladimir Pomar (1987; 2003), por exemplo, mostram sua fé inabalável no comunismo chinês, no que faz coro a uma tradição no mercado editorial brasileiro, que vai de Garaudy (1968) a Losurdo (2004). Talvez mais que um desejo, a resposta à perplexidade de Leys possa ser encontrada num dos elementos básicos da representação social: a estabilidade (Jodelet, 2001). Não se muda um sistema de crenças e valores de um grupo por simples desejo. Assim, mesmo com a publicação de contundentes biografias sobre Mao (Zhisui, 1997; Chang & Halliday, 2006), o fascínio exercido pelo “grande timoneiro” permanece vivo, notadamente em grupos de esquerda política. As denúncias sobre a truculência do regime comunista chinês atualizam a tradicional imagem da tirania asiática, expressão de uma sociedade exótica e estática (Goody, 2008).

A relação entre ocidentais e chineses oscilou historicamente entre a desconfiança e o deslumbramento. Os “amarelos” podem ter a sabedoria do detetive Charlie Chan ou a filosofia taoísta do monge *shaolin*, que tanto sucesso fez no seriado Kung Fu, mas eles podem ser satânicos como o temível Fu Manchu ou, mais recentemente, no mestre de Kill Bill. Com efeito,

Essa sabedoria atomizada virou motivo de chacota no cinema e nas obras feitas na Europa sobre a China, que reproduzem um modelo de mandarim de fala mansa, barriga proeminente e repetindo à exaustão “pérolas” de sabedoria com um risinho patético. A imagem mostra apenas como estamos distantes da compreensão do mundo chinês. (Karnal, s/d, p. 11)

Na dinâmica interna das representações sociais, a marca de chineses é o exotismo, enquanto a de brasileiros é o “jeitinho”, ou a “malandragem” – pouco importa a injustiça cometida àqueles que não se enquadram em tais rótulos ou estigmas (Bauman, 1999). As representações que compõem as identidades nacionais são impositivas, generalizações que derivam de complexos processos históricos e indissociáveis da produção de diferenças. Como já dito, identidade e alteridade são faces da mesma moeda: só existe civilização em função da barbárie. Mas se os chineses são bárbaros aos nossos olhos, a recíproca é verdadeira: “A civilização da Europa e da América é toda material. Nada de mais grosseiro, de mais brutal, mais prejudicial. Nós chineses chamamos a isso barbárie” (apud Braga, 1979, p. 270).

O gato pega o rato

A tigela de arroz já foi o símbolo de esperança para os chineses. Mas entre a homenagem recebida por Deng Xiaoping em 1985, eleito “Homem do Ano” pela revista *Times*, e a brutal repressão militar às manifestações na Praça Celestial da Paz (*Tiananmen*), percebe-se que as mudanças ocorridas na China não significariam uma adesão pura e simples ao modelo ocidental. A morte de Mao em 1976 encerrou a Revolução Cultural, mas a fome permaneceu uma questão central para os novos dirigentes, que tinham Hua Guofeng à frente do governo. A liberdade política se traduziu em liberação econômica e, como num passe de mágica, Fishman (2006, p. 57) nos conta a história de como 18 camponeses de uma aldeia miserável de Anhui mudaram a China, em 1978. Podemos até desconfiar da simplicidade desta nova “maravilha”, mas o fato é que do Sistema de Responsabilidade Familiar à criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) o salto foi gigantesco. A televisão substituiu a tigela de arroz (Lull, 1992) e o

crescimento econômico constante e a qualquer preço passou a ser a meta do Partido Comunista Chinês para garantir a estabilidade interna e a manutenção do poder.

As ZEEs, localizadas em cidades da região costeira, são áreas de livre comércio. Desde 1984, quando foram criadas oficialmente em quatorze cidades litorâneas, a China se tornou uma espécie de “buraco negro” do capital internacional. Os investimentos estrangeiros são em função de muitos fatores: salários baixos, ausência de restrições ambientais, infraestrutura adequada, mercado consumidor promissor e região de grande comércio, que inclui os “tigres asiáticos” e o Japão (Haesbart, 1994). O fenômeno econômico China não existiria sem tal combinação, mas o Ocidente só se deu conta mesmo do que estava acontecendo, segundo Kynge (2007, p. 20), quando em 2004 passaram a sumir tampas de bueiro, diga-se, eram roubadas para saciar a fome das indústrias chinesas. Num único mês, em Chicago, lá se foram 150 tampas. Interessante observar o caráter mágico das análises, outro item constante da alteridade – o exótico e o mágico são as categorias que permeiam constantemente o imaginário sobre chineses.

A China se tornou a locomotiva do mundo capitalista. Nada demais, considerando seu potencial econômico, não fosse historicamente um típico caso de alteridade radical. De seu mundo de *maravilhas* o que se estranha agora é a fusão de marxismo e confucionismo; de burocracia gigantesca combinada ao chamado socialismo de mercado. O sonho ocidental de encontrar no Oriente um reino maravilhoso se tornou possível agora, pelo menos no mundo dos negócios. Para os chineses definitivamente a cor do gato deixou de ter importância: mantida a hegemonia do partido comunista, o crescimento econômico pode conviver com a pirataria, a manipulação do câmbio, o trabalho em condições subumanas – o paraíso capitalista, enfim.

Os aventureiros da Pindorama

Em 1944, Gilberto Freyre afirmava que o Brasil poderia se transformar numa China tropical (Freyre, 2003), nem tanto por seu comunismo, mas pela via independente que supostamente trilhara. Mas o nacionalismo brasileiro que alimentou as vertentes do desenvolvimentismo não foi muito além da criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros ou ISEB (Ortiz, 2006). E assim até os anos 1980, os chineses não serviam de modelo oficial, pois

A China era o país mais miserável do mundo... Todos os negócios safados eram negócios da China... O boneco dos russos, Mao Tsé-tung, mandou

fechar as muralhas... todo mundo mora junto... ninguém tem casa. Tudo é do Estado. Inclusive as crianças... São tão cruéis e refinados no torturar... é um lugar onde o ocidental é vigiado... é a maior exportadora de tóxicos... tudo que eles produzem é feio e mal-acabado... [sic]. (Henfil, 1981, pp. 9-11)

Assim o cartunista Henfil expressava o imaginário brasileiro comum sobre chineses, pouco antes de nos apresentar em livro suas impressões de viagem, muito contrastantes com os ideais revolucionários daqueles que se inspiravam no maoísmo. Nos primórdios da modernidade, por volta dos séculos XV e XVI, os chineses do império Ming assombraram os navegante ocidentais; já no século XIX predominava uma visão negativa sobre os exóticos chineses, a ponto de levar o senador Joaquim Nabuco a se insurgir contra a sua presença no Brasil, cuja imigração serviria para “viciar e corromper ainda mais a nossa raça” (apud Skidmore, 1976, p. 42). Na atualidade o crescimento econômico chinês tem provocado nova onda de interesse, que se traduz não apenas em livros, *blogs*, matérias em revistas, TVs e jornais, como em visitas *in loco* para se entender melhor o “fenômeno”.

Os “navegantes” brasileiros, geralmente jornalistas ou diplomatas, voltam seus olhos às diferenças, característica comum das narrativas de viagem e que encontra paralelo na literatura do maravilhoso de Marco Polo, Colombo, Jean de Léry, entre outros. Assim, Scofield Jr. (2007, p. 77) nos informa que os elevadores dos prédios de Pequim não possuem o número quatro, pois o caractere se parece com aquele que representa a morte. Outra jornalista, Cláudia Trevisan, destaca com maiúsculas que os chineses “AMAM futebol e o esporte é sua principal conexão com o Brasil” (Trevisan, 2006, p. 33). Como ao tempo de Frei Gaspar da Cruz (século XVI), a vida chinesa é descortinada em seus aspectos pitorescos de forma invertida, isto é, eles são tudo aquilo que não somos, pois fazem tudo o que fazemos às avessas (Hartog, 1999). O editor do livro *Laowai* assim nos apresenta o livro da repórter Sônia Bridi:

Você sabia que chineses não fazem fila? Escarram e soltam puns na rua e em qualquer lugar onde estejam? Não refrigeram carnes, mas mantêm os animais vivos, para não estragarem? Não usam cheques – e andam nas ruas com malas de dinheiro para pagar contas e ir ao mercado? Não sentam em vasos sanitários – fazem suas necessidades de cócoras – e só recentemente passaram a ter banheiros em casa – a maioria ainda usa banheiros públicos? (Bridi, 2008)

Na atualidade o interesse é conferir “o que está acontecendo na China”, expressão que se tornou clichê. E assim exhibe em capa de edição especial a Revista

Veja: “Uma equipe de *Veja* foi ver como os chineses estão construindo seu império global”³ A matéria exhibe muitas fotos e estatísticas que fazem coro aos livros que ganham espaço nas livrarias e tratam da ascensão chinesa. “Se existe algum país capaz de sobrepujar os Estados Unidos no mercado mundial, esse país sem dúvida é a China”, adverte-nos Fishman (2006, p. 26). Os dados são para impressionar: 30% dos micro-ondas, 30% dos televisores, 27% do aço, 20% das geladeiras, 19% dos caminhões, 17% dos têxteis, 14% dos carros e picapes, 13% dos navios – amostra da participação chinesa na produção mundial desses itens. É de se destacar que não são produtos de lojas de R\$ 1,99, e sim bens que possuem significativo valor agregado.⁴

O crescimento da China provoca impactos negativos ou positivos, depende do ângulo considerado. Exemplos: de um lado provoca desemprego nas regiões que estão sucumbindo aos seus preços; por outro, redução ou manutenção da inflação em eletroeletrônicos e eletrodomésticos nos mercados do mundo; pressão nos preços de *commodities*; aumento das agressões ao meio ambiente. A China não é um novo Japão, nos garante Shenkar (2005), afirmação compartilhada por Arrighi (2008). O que significa dizer que, para temor dos ocidentais, parece não haver limite às pretensões dos chineses. Mas afinal, o que pretendem? Pergunta que ecoa nas rodas políticas e acadêmicas, endossando o estranhamento típico que caracteriza a relação. O diplomata Pereira Pinto tem procurado responder a questão. Em sua obra *A China e o Sudeste Asiático* (Pinto, 2000), afirma que se trata simplesmente da retomada de uma hegemonia histórica, isto é, de uma liderança que sempre foi chinesa no extremo oriente. Mais recentemente declarou:

Enquanto isso, ao papagaio verde e amarelo resta consolidar formas de interlocução com tais sociedades – ou ninhadas – multiculturais, multilíngues e multiquasetudo, consolidando heranças e posturas comuns, sem preocupação com rótulos e símbolos criados no Ocidente (Pinto, s/d. on-line).

O “papagaio” – Brasil – teria lições a aprender com o exemplo de desenvolvimento do “dragão” e do “pavão”, respectivamente China e Índia, agora que os “gansos” não voam mais – alusão ao Japão e aos “tigres” asiáticos. Curiosa associação com animais, não obstante sua advertência aos “rótulos e símbolos criados no Ocidente” no texto acima. E aqui retornamos ao ponto inicial: a alteridade nos força a conhecê-los. No Brasil do século XIX a necessidade

3 Revista *Veja*, Editora Abril, edição 1968, ano 39, número 31, 09/08/2006.

4 Dados da Revista *Época*, Editora Globo, número 527, 23/06/2008, p. 48.

provinha de sua possível inserção na lavoura; hoje, aceitando como inequívoca sua ascensão econômica e política, precisamos mais uma vez saber quem são e o que querem.

O nexos entre o conhecimento socialmente compartilhado e a produção de sentidos é uma das características básicas da representação social (Jovchelovitch, 2008). Por serem considerados inferiores os *coolies* foram descartados como mão de obra no Dezenove. Mas a China de dragões e imortais, que se tornou vermelha e revolucionária, é agora o local onde o capital se reproduz com maior intensidade. Assim sendo, as representações sociais sobre chineses sofrem nova tensão. A necessidade de entendê-los, a novidade constante que significam aos olhos do Ocidente, está na base do surgimento de tantos especialistas, mesclados nas prateleiras das livrarias a autores chineses. Este é o dado novo da pós-modernidade – o outro agora tem vez; voz que existia e não era ouvida.

No Brasil, a “questão chinesa” tem preocupado as esferas oficiais, como se observa no texto produzido pelo IPEA, cujo objetivo expresso é o de “mostrar o quão importante tem sido a intervenção estatal naquele país para nortear a trajetória da expansão econômica excepcional que a China apresenta desde fins da década de 1970”.

Crescimento econômico tão excepcional não poderia alimentar sonhos militares? A competição por recursos estratégicos e a necessidade de crescimento econômico constante para sustentar o regime chinês gera preocupação internacional. Não estamos mais na China dos *boxers* ou no tempo em que os nacionalistas chineses utilizavam a alquimia e o *kung fu* contra armas de fogo. Adverte-nos Kynge (2007, p. 293): “a América do Norte está observando com crescente ansiedade para ver se Pequim entra em acordos que invadam interesses vitais ou ameacem suas próprias linhas estabelecidas de fornecimento de energia”. A *Revista Marítima Brasileira* publicou, em 2008, o artigo intitulado “China: Potência Militar Mundial na Próxima Década?”. A autora traça um panorama da economia chinesa, a modernização de suas forças armadas e potencial nuclear.⁵ Alguns meses depois, Olivier Zajec afirmava no *Le Monde Diplomatique* Brasil:

Além de Nova Déli e de Tóquio, a investida chinesa preocupa igualmente outros protagonistas mais modestos, da Malásia à Indonésia, passando por Cingapura. Eles temem que Washington, atualmente atolada no Iraque e no

5 RMB – *Revista Marítima Brasileira*, v. 128, número 04-06, abr. /jun. 2008. Escola de Guerra Naval.

Afeganistão, deixe o caminho livre para a afirmação da soberania chinesa na região e que essa perda de influência se torne permanente.⁶

As questões de natureza econômica são sobrepostas por antigos ressentimentos e as emoções “atropelam” a suposta racionalidade das estratégias geopolíticas. Em 1853, Marx declarava: “curioso vemos a China exportar a desordem para o mundo ocidental”?.⁷ Mais do que uma curiosidade, a constatação: a diferença entre os homens continua a provocar conflitos e desperdícios, não obstante tantos estudos e exortações daqueles que supostamente teriam transcendido a barbárie.

Considerações finais

A modernidade foi um tempo de divisão territorial e simbólica do mundo. No processo de formação dos diferentes estados-nação emergiu um padrão europeu instituído pela força econômica e militar. Teorias como o evolucionismo e o positivismo forneceram as bases de legitimação para as pretensões de hegemonia e conquista. Neste contexto de partilha, o Brasil e a China são nações exóticas, cada qual ao seu modo.

Historicamente tropical e mestiço; mais paisagem do que país – eis o Brasil. Um país que carrega seus problemas de identidade e recebeu como herança colonial o imaginário criado sobre chineses ao longo da modernidade. Periodicamente, são criadas representações sociais para dar conta de sua presença no país; ou seja, discute-se publicamente “o chinês”. Nos referidos contextos a imagem entrou/entra em conflito com os fatos; isto é, a representação social foi/é tensionada e assim atualizada em função das demandas da sociedade. Contudo, a marca da alteridade permanece como fonte constante de desentendimentos. Paradoxalmente, classificado na partilha simbólica do mundo como nação também exótica, o Brasil mobiliza os mesmos processos de alteridade para entender esse outro com quem lida historicamente. O desconhecimento impulsiona a busca constante de conhecimento, seja por curiosidade ou sensação de perigo. No passado era o “império imóvel”, que se tornou depois vermelho e na atualidade persiste a incógnita: quem são os chineses? O que pretendem? Tais perguntas, constantemente formuladas, são reveladoras – não apenas daqueles

6 O autor é encarregado de estudos da Companhia Europeia de Inteligência Estratégica de Paris. Versão eletrônica do artigo disponível em: <http://diplo.uol.com.br/200809,a2602?var_recherche=Oliver%20Zajec>, acesso em: 04/04/2009, às 19h.

7 Artigo de Karl Marx no New York Daily Tribune, 14/07/1853, in: The Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://marxistas.tripod.com/marx/1853/07/14.htm>>.

a quem se dirige o conhecimento, o chamado objeto, mas são reveladoras, sobretudo, daqueles que tanto perguntam.

Referências

- APOLLONI, Rodrigo Wolff. “Shaolin à Brasileira”. Estudo sobre a presença e transformação de elementos religiosos orientais no kung-fu praticado no Brasil. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ciências da Religião, 2004.
- ARRUDA, Angela. *Representando a Alteridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origem e fundamentos do século XXI*. (Beatriz Medina, Trad.). São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARRETO, Luís Filipe. O Orientalismo conquista Portugal. In: Novaes, Adauto (org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BRAGA, Humberto. *O Oriente é Vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BRIDI, Sônia. *Laowai (estrangeiro): histórias de uma repórter brasileira na China*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2008.
- CARVALHO, João Gilberto da Silva & ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. *Paideia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 18 (41), pp. 445-456, 2008.
- CARVALHO, João Gilberto da Silva. Representações Sociais de cronistas lusitanos no império celeste. Anais da V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 2007. Disponível em: <<http://www.vjirs.com.br>>, acesso em: 15/05/2009.
- CARVALHO, João Gilberto da Silva. *Modernidade, Identidade e Representações Sociais: “CHINESICES” no Brasil do Século XIX*. Tese de doutoramento (psicologia) apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, dezembro de 2010.
- CASTILHO, Marilena dos Santos Ferreira de. *O Discurso sobre a imigração chinesa para o Brasil*. In: SPOSITO, Eliseu e outros (orgs.). *Geografia e migração: Movimentos, territórios e territorialidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CERVO, Amado Luiz. O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889). Coleção *Temas Brasileiros*. Volume 21. Brasília: UnB, 1981.
- CHANG, Jung & HALLIDAY, Jon. *Mao: a história desconhecida*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação*. São Paulo: Edusc, 2002.
- DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, (22) 44, pp. 267-288, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14000.pdf>, acesso em: 12/05/2009.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FISHMAN, Ted. *China S.A.: como o crescimento de uma superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *China Tropical*. Brasília: Editora Universidade Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Organizado por Edson Nery da Fonseca, 2003.
- GARAUDY, Roger. *O Problema Chinês*. Rio de Janeiro. Zahar, 1968.
- GOODY, Jack. *O Roubo da história*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.
- HAESBART, Rogério. *China. Entre o Oriente e o Ocidente*. São Paulo: Ática, 1994.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Minas Gerais: UFMG, 1999.
- HENFIL. *Henfil na China: antes da coca-cola*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- HUI, Juan Huang. *Chinos en América*. Madri: Mapfre, 1992.
- IPEA. Texto para Discussão número 1126. Dilemas do Desenvolvimento na China: Crescimento Acelerado e Disparidades Regionais. Aristides Monteiro Neto. Rio de Janeiro, 10/2005. Recuperado em 12/05/2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1126.pdf>.
- JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In Arruda, Angela. *Representando a Alteridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- JODELET, Denise. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- KARNAL, Leandro (s/d, edição especial). Uma História Longa e Sinuosa. Revista. São Paulo, Biblioteca entre Livros, Duetto Editorial, n. 5, pp. 14-17.
- KYNGE, James. *A China Sacode o Mundo: a ascensão de uma nação com fome*. São Paulo: Globo, 2007.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1999.
- LEYS, Simon. *Ensaio sobre a China*. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.
- LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional*. São Paulo: Unesp, 1999.
- LOSURDO, Domenico. *Fuga da História*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins Editora, 1951.

- LULL, James. *A China Ligada*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- MATIAS, Ana. *Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa Sobre a Comunidade Chinesa: Interação multissecular via Macau* Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História das Relações Internacionais – Lisboa, Portugal. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, março de 2007.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O Jardim de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Nós e a China*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.
- PEYREFITTE, Alain. *O Império Imóvel*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1997.
- RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Virtual Books Online M&M Editores Ltda. Disponível em: <www.terra.com.br/virtualbooks>. p. 49. Acesso em: 10/05/2009.
- PINTO, Paulo Pereira. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- PINTO, Paulo Pereira. *China e Índia – os Gansos e o Pavão*. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2008/08/20/china-e-india-%E2%80%93-os-gansos-e-o-pavao-por-paulo-antonio-pereira-pinto/>; acessado em 31/03/2009>.
- POMAR, Wladimir. *O Enigma Chinês*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.
- POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo/Minas Gerais: Cia. das Letras/Ufmg, 2007.
- SCOFIELD Jr., Gilberto. *Um Brasileiro na China*. Rio de Janeiro: Ediouro/O Globo, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHANG-sheng, Chu (2009). *Imigrantes e Imigração Chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990)*. Revista Eletrônica. *Boletim do Tempo*. Ano 4, nº 07. Disponível em <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=4679&Itemid=147; acessado em 11/05/2009>.
- SHENKAR, Oded. *O Século da China: a ascensão chinesa e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e o (des)emprego de todos nós*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TREVISAN, Cláudia. *China: O Renascimento do Império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

WU Chao-Hisang. *Como Usar a Técnica da Grande Energia Cósmica*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1988.

ZHISUI, Li. *A vida privada do camarada Mao* – memórias do médico particular de Mao Zedong / Li Zhisui. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Como citar este artigo:

CARVALHO, João Gilberto da Silva. Em terra de papagaio dragão não se cria: uma abordagem psicossocial da relação entre brasileiros e chineses In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* (2) São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, pp. 165-182.